

LIGHT S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2019

Prezados Senhores,

A Administração da Light S.A. ("Companhia" ou "Light") vem submeter à apreciação de seus acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2019, às 11 horas, na sede da Companhia, na Av. Marechal Floriano, 168, Parte, 2º andar, Corredor A, Centro, Rio de Janeiro-RJ, referentes aos seguintes assuntos constantes da ordem do dia, nos termos abaixo propostos ("Proposta"):

- 1) Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, com objetivo de: (i) fixar o número de membros do Conselho de Administração; e (ii) extinguir os cargos de membros suplentes do Conselho de Administração;
- 2) Destituir os atuais membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; e
- 3) Eleger os membros do Conselho de Administração.

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos na Instrução CVM nº 481/09, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu website (ri.light.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), bem como foram contemplados nos Anexos da presente Proposta.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019

A Administração

Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária

A Administração da Light apresenta a seguir as informações sobre as matérias a serem objeto de deliberação pelos acionistas:

1 - Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, com objetivo de: (i) fixar o número de membros do Conselho de Administração; e (ii) extinguir os cargos de membros suplentes do Conselho de Administração

De acordo com o art. 8º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração atualmente é composto por 11 (onze) membros efetivos e igual número de suplentes.

Com o objetivo de aprimorar e simplificar a estrutura de governança da Companhia, a Administração propõe que o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros efetivos, extinguindo-se os cargos de suplentes, nos termos dos **Anexos I e II** à presente Proposta.

A Administração entende que a composição do órgão por 9 (nove) membros é adequada ao porte da Companhia, estando em linha com padrões de mercado e do setor, indo assim ao encontro do objetivo de melhoria da governança e maior eficiência administrativa.

2 - Destituir os atuais membros titulares e suplentes do Conselho de Administração

Na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de abril de 2018, foram eleitos 11 (onze) membros para o Conselho de Administração, sendo: (i) 10 (dez) membros efetivos e respectivos suplentes, pelo processo de voto múltiplo; e (ii) 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente, como representantes dos empregados.

Em 27 de dezembro de 2018, o Sr. André Juaçaba de Almeida renunciou ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração. Na mesma data, o Conselho de Administração elegeu como Conselheiro de Administração, nos termos do art. 150 da Lei nº 6.404/76, o Sr. Yuri Fonseca de Choucair Ramos, com mandato até a primeira assembleia geral da Companhia.

Em razão da renúncia do Sr. André Juaçaba de Almeida, eleito pelo processo de voto múltiplo, deve ser realizada nova eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do art. 141, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76.

Considerando a proposta de alteração da composição do Conselho de Administração para 9 (nove) membros (conforme item 1), sugere-se a destituição dos atuais membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes, de modo que novos membros do Conselho de Administração efetivos possam ser eleitos, para início de mandato unificado de 2 (dois) anos, nos termos do art. 8º do Estatuto Social da Companhia.

3 - Eleger os membros do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por meio de votação majoritária (individual), pelo processo de voto múltiplo, ou por votação em separado (neste caso, para 1 vaga).

O processo de voto múltiplo depende do pedido apresentado por acionistas representando 5% do capital social votante, até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. A votação em separado, por sua vez, depende de pedido apresentado, durante a Assembleia, por acionistas que representem 10% do capital social, que comprovarem ininterrupta participação acionária durante período de 3 (três) meses, no mínimo, anterior à Assembleia.

Nos termos do Estatuto Social e do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração deve ter no mínimo 20% ou 2 (dois) Conselheiros Independentes, o que for maior. Em caso de número fracionário, o número de Conselheiros Independentes deve ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior. O critério para aferição da independência do Conselheiro de Administração está estabelecido no art. 8º, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia.

Conforme o item 4.4 do Edital nº PND - 01/96-LIGHT, publicado no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, 1 (um) membro do Conselho de Administração será eleito a partir de indicação dos empregados.

Neste sentido, se aprovada a reforma estatutária proposta (conforme item 1), o Conselho de Administração passará a ter 9 (nove) membros, sendo 1 (um) membro indicado por empregados e, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros Independentes.

Segue abaixo lista dos candidatos indicados pelos acionistas da Companhia. No **Anexo III** constam as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência:

Cledorvino Belini - CEMIG

Antonio Rodrigues dos Santos e Junqueira – CEMIG

Enio Andrade Branco – CEMIG

David Zylbersztajn – CEMIG

Maurício Fernandes Leonardo Junior – CEMIG

Rodrigo de Mesquita Pereira – Geração Futuro

Ricardo Reisen de Pinho - Tempo Capital e Victor Adler

Raphael Manhães Martins – Tempo Capital e Victor Adler

ANEXO I

Proposta de Alteração do Estatuto Social da Companhia

(Conforme art. 11, inciso I e II, da Instrução CVM nº 481)

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>Artigo 7º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.</p> <p>Parágrafo Primeiro – Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, bem como para atendimento do previsto no Regulamento do Novo Mercado nos termos do parágrafo único do artigo 30 deste Estatuto Social, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.</p>	<p>Artigo 7º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.</p> <p>Parágrafo Primeiro – Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, bem como para atendimento do previsto no Regulamento do Novo Mercado nos termos do parágrafo único do artigo 30 deste Estatuto Social, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.</p>	<p>Compatibilização do dispositivo em razão da proposta da nova composição do Conselho de Administração. A alteração tem como objetivo aprimorar e simplificar a estrutura de governança da Companhia, garantindo maior eficiência administrativa.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>Artigo 8º O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 13 (treze) membros efetivos e seus respectivos suplentes, que substituirão os efetivos em seus impedimentos eventuais, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.</p>	<p>Artigo 8º O Conselho de Administração será composto de; no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 13 (treze) 9 (nove) membros efetivos e seus respectivos suplentes, que substituirão os efetivos em seus impedimentos eventuais, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.</p>	<p>Alteração da composição do Conselho de Administração com (i) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; e (ii) a extinção dos cargos de membros suplentes do Conselho de Administração. A alteração tem como objetivo aprimorar e simplificar a estrutura de governança da Companhia, garantindo maior eficiência administrativa.</p>
<p>Artigo 9º Caberá à Assembleia Geral eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.</p>	<p>Artigo 9º Caberá à Assembleia Geral eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.</p>	<p>Compatibilização do dispositivo em razão da proposta da nova composição do Conselho de Administração. A alteração tem como objetivo aprimorar e simplificar a estrutura de governança da Companhia, garantindo maior eficiência administrativa.</p>
<p>Artigo 10 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, ou pelo Diretor Presidente com antecedência mínima de 5 (cinco) úteis dias. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a</p>	<p>Artigo 10 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, ou pelo Diretor Presidente com antecedência mínima de 5 (cinco) úteis dias. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se</p>	<p>Compatibilização do dispositivo em razão da proposta da nova composição do Conselho de Administração. A alteração tem como objetivo aprimorar e simplificar a estrutura de governança da Companhia, garantindo maior eficiência administrativa.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
presença da maioria dos Conselheiros efetivos ou seus suplentes em exercício.	contarem com a presença da maioria dos Conselheiros efetivos ou seus suplentes em exercício.	

ANEXO II

Cópia do Estatuto Social contendo, em destaque, as alterações propostas

(conforme artigo 11, inciso I e II, da Instrução CVM nº 481/09)

LIGHT S.A.

CNPJ Nº 03.378.521/0001-75

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO E SEDE

Artigo 1º A Companhia é denominada LIGHT S.A. e é regida por este Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

Artigo 2º A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

Artigo 3º A Companhia tem sede e domicílio na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano nº 168, parte, 2º andar, Corredor A, Centro, e, mediante resolução da Diretoria, poderá a Companhia abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do País, sendo que, para fins fiscais, uma parcela do capital será alocada para cada uma delas. A abertura e manutenção de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior deverão ser objeto de deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 4º A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES

Artigo 5º O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.225.822.197,89 (dois bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e dois mil, cento e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos) representado por 203.934.060 (duzentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ficando a Companhia autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 323.934.060 (trezentos e vinte e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação corresponde o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo – A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Parágrafo Terceiro – A emissão de ações dentro do limite do capital autorizado será deliberada pelo Conselho de Administração que também fixará o preço da emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização.

Parágrafo Quarto - Poderá ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações (“Lei das S.A.”).

Artigo 6º Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção das suas participações no capital da Companhia.

Parágrafo Único: Nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado e cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de exercício pelos antigos acionistas, na forma prevista no artigo 172 da Lei das S.A..

CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 7º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro – Os membros ~~efetivos e respectivos suplentes~~ do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, bem como para atendimento do previsto no Regulamento do Novo Mercado nos termos do parágrafo único do artigo 30 deste Estatuto Social, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º O Conselho de Administração será composto de, ~~no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 13 (treze)~~ 9 (nove) membros efetivos ~~e seus respectivos suplentes, que substituirão os efetivos em seus impedimentos eventuais,~~ com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Na composição do Conselho de Administração, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos conselheiros, deverão ser Conselheiros Independentes.

Parágrafo Segundo – Para fins do presente Estatuto Social, entende-se por Conselheiro Independente aquele que não possui qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; não é acionista controlador ou acionista vinculado por acordo de voto, cônjuge ou parente até segundo grau destes ou de qualquer administrador da Companhia, ou não está ou não esteve, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada a acionista controlador ou a acionista vinculado por acordo de voto, sendo excluídas de tal restrição pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa; não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de acionistas controladores ou de acionistas vinculados por acordo de voto, ou de sociedade controlada pela Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que, direta ou indiretamente, ofereça ou demande a prestação de serviços da Companhia, cuja relação implique em perda de independência; e, não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro, ressalvados os proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital social da Companhia.

Parágrafo Terceiro – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Artigo 9º Caberá à Assembleia Geral eleger os membros ~~efetivos e suplentes~~ do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Segundo – O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente, ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro – Em caso de vacância de qualquer cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deve convocar a Assembleia Geral para preenchimento do respectivo cargo.

Parágrafo Quarto – No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu titular, cumprindo, o substituto, gestão pelo prazo remanescente.

Artigo 10 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, ou pelo Diretor Presidente com antecedência mínima de 5 (cinco) úteis dias. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros ~~efetivos ou seus suplentes em exercício.~~

Parágrafo Primeiro – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião em questão.

Parágrafo Segundo – Qualquer reunião ordinária do Conselho de Administração poderá deixar de ser realizada na ausência de qualquer assunto a ser por ela decidido.

Parágrafo Terceiro – As reuniões do Conselho de Administração podem ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência, correio ou por qualquer outro meio de comunicação.

Artigo 11 No exercício das suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, especialmente:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II - convocar a Assembleia Geral;

III - eleger e destituir o Diretor Presidente;

IV - eleger e destituir os demais membros da Diretoria;

V - manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria e dos balanços consolidados, que deverão ser submetidos a sua apreciação;

VI - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

VII - estabelecer a forma de distribuição da remuneração dos administradores da Companhia, se fixada globalmente pela assembleia geral, e aprovar as regras gerais da política salarial dos empregados da Companhia;

VIII - observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, aprovar a política de dividendos da Companhia e declarar, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menor de tempo ou de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço, bem como deliberar sobre a aprovação e o pagamento de juros sobre o capital próprio;

IX - opinar sobre a criação de qualquer reserva de capital para contingências e/ou qualquer reserva de lucros, bem como qualquer operação ou mecanismo que possa resultar na redução dos lucros a serem distribuídos para os acionistas pela Companhia ou, indiretamente, por suas controladas;

X - a aprovação de quaisquer planos de negócios, de orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e de suas revisões;

XI - deliberar sobre a constituição de quaisquer ônus sobre bens, móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

XII - deliberar sobre a alienação de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia em montante que exceda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

XIII - deliberar sobre a aquisição de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia em montante que exceda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

XIV - deliberar sobre a realização de qualquer negócio jurídico que tenha por objeto a aquisição ou alienação, ou ainda, a constituição de gravames de qualquer natureza pela Companhia sobre participações societárias, valores mobiliários, direitos de subscrição ou aquisição;

XV - deliberar sobre a contratação, pela Companhia e por qualquer de suas controladas, de obrigação em uma única operação ou numa série de operações vinculadas, em montante que exceda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) não prevista no orçamento anual da Companhia;

XVI - a aprovação de associação da Companhia, sob quaisquer circunstâncias, com terceiros, inclusive a realização de um empreendimento conjunto, de um consórcio, ou a participação da Companhia em outras sociedades observados os limites do artigo 256 da Lei das S.A.;

XVII - a aprovação de investimentos (que não os previstos no inciso XVI acima e exceto os casos do artigo 256 da Lei das S.A.) em uma única operação ou numa série de operações vinculadas envolvendo montantes acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), devendo tal montante ser revisto a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral dos acionistas;

XVIII - a aprovação da participação da Companhia ou de sociedade controlada em qualquer negócio que envolva os acionistas da Companhia, ou suas partes relacionadas, ou qualquer pessoa física ou jurídica nas quais os acionistas da Companhia, ou suas partes relacionadas tenham interesse econômico direto ou indireto, respeitado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo;

XIX - a autorização para a prática de qualquer ato extraordinário de gestão não compreendido, por lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários;

XX - a aprovação da política de limite de concessão de crédito pela Companhia;

XXI - opinar sobre o resgate, amortização ou aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de permanência em tesouraria para posterior cancelamento e/ou alienação, nos termos da legislação aplicável;

XXII - deliberar sobre a indicação de procuradores para a execução dos atos listados neste Artigo;

XXIII - deliberar sobre a emissão de ações dentro do limite do capital autorizado;

XXIV - deliberar sobre a emissão de notas promissórias ("commercial papers") e/ou outros títulos de créditos ou instrumentos semelhantes destinados à distribuição em mercados de capitais;

XXV - escolher e destituir os auditores independentes, bem como alterar a política contábil e fiscal da Companhia;

XXVI - opinar sobre a solicitação de cancelamento de registro da Light como companhia aberta;

XXVII - opinar sobre a dissolução e liquidação, ou ainda autorização que permita à administração da Companhia requerer a recuperação judicial ou extrajudicial, ou ainda confessar a falência da Companhia ou de suas controladas;

XXVIII - constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, e definir suas respectivas atribuições, remuneração e regulamento de funcionamento;

XXIX - estabelecer os padrões éticos e de comportamento da Companhia, garantindo a observância da legislação vigente, à responsabilidade institucional da Companhia, fiscalizando a gestão financeira da Companhia e garantindo total transparência sobre os principais riscos da Companhia;

XXX - elaborar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;

XXXI - aprovar a orientação de voto a ser proferido pelos diretores da Companhia no exercício dos direitos da Companhia na qualidade de acionista ou quotista de outra sociedade;

XXXII - aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades que sejam controladas pela Companhia;

XXXIII - manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio

fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

XXXIV - definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – Nas deliberações sobre a realização de negócio pela Companhia ou por suas subsidiárias com acionistas ou partes relacionadas, os conselheiros indicados pelo acionista que pretende realizar tal negócio se ausentarão do recinto durante a discussão e votação da matéria em deliberação que será tomada pela maioria dos demais conselheiros.

Parágrafo Segundo – A Companhia complementarará a previdência social a seus empregados, através da Fundação de Seguridade Social BRASLIGHT, na forma e meios aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

SEÇÃO II – DIRETORIA

Artigo 12 A Diretoria será constituída por até 9 (nove) Diretores, composta da seguinte forma: um Diretor-Presidente; um Diretor de Finanças; um Diretor de Gente e Gestão Empresarial; um Diretor de Energia; um Diretor Comercial; um Diretor de Engenharia; um Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores; um Diretor Jurídico e um Diretor de Comunicação; com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Caberá ao Diretor-Presidente escolher, dentre os demais Diretores, o seu substituto, no caso de sua ausência ou impedimento. Os demais Diretores, por sua vez, serão substituídos, em caso de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor especialmente designado pelo Diretor-Presidente.

Parágrafo Segundo – Em caso de vacância definitiva do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração elegerá o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. Em caso de

vacância definitiva do cargo de qualquer Diretor, o Diretor Presidente indicará o substituto, dentre os demais Diretores, até que o Conselho de Administração eleja o seu substituto definitivo pelo prazo restante de gestão.

Artigo 13 Os Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Artigo 14 Compete à Diretoria como órgão colegiado, obedecidas as restrições da legislação vigente, praticar todos os atos necessários para assegurar o funcionamento regular da Companhia, especificamente:

I - estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração;

II - aprovar e alterar a estrutura orgânica da Companhia, definindo as atribuições e competências das unidades administrativas e do pessoal, bem como as normas e procedimentos internos, respeitadas a competência do Conselho de Administração e as disposições deste Estatuto;

III - examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o planejamento estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;

IV - elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o planejamento estratégico vigente, assim como suas revisões;

V - aprovar os nomes indicados pelos Diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados, bem como destituição dos mesmos;

VI - conferir autoridade aos Diretores para decidirem isoladamente sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria;

VII - conferir poderes aos Diretores e empregados para autorização das despesas, estabelecendo limites e condições;

VIII - deliberar a alienação e aquisição de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia, cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), enviando para aprovação do Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 11, inciso XVII, deste Estatuto Social, observando-se, quanto à correção deste valor, a mesma regra prevista no Parágrafo Terceiro do Artigo 11, acima;

IX. aprovar a matriz de competência para as operações incluídas na condução normal dos negócios da sociedade e que não dependam de aprovação do Conselho de Administração;

X. submeter à aprovação do Conselho de Administração as Políticas e Estratégias da Companhia, bem como os demais assuntos que são da competência do Conselho de Administração.

Artigo 15 Sem prejuízo das atribuições da Diretoria em colegiado, são atribuições próprias dos Diretores em função do respectivo cargo:

I – Diretor-Presidente:

- a)** superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b)** representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- c)** assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- d)** coordenar as atividades de relacionamento institucional junto aos órgãos reguladores e Ministérios Públicos, ouvidoria e regulação;
- e)** apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- f)** propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- g)** propor as indicações para os cargos de administração e conselhos fiscais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, assim como para a Previdência e Saúde;
- h)** coordenar a elaboração e a consolidação do Planejamento Estratégico da Companhia com a participação de todas as Diretorias;
- i)** coordenar a gestão de riscos corporativos da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;
- j)** coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;
- k)** coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;
- l)** coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;
- m)** coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;
- n)** propor a política de governança corporativa;
- o)** coordenar as atividades executivas de auditoria interna, compliance, secretaria geral;

- p)** conduzir as atividades relacionadas à riscos e segurança empresarial;
- q)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- r)** coordenar as políticas em relação à responsabilidade social e à sustentabilidade.

II – Diretor de Finanças:

- a)** controlar os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- b)** contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia;
- c)** detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;
- d)** controlar o capital social da Companhia, propor a política acionária, bem como sugerir a política de dividendos;
- e)** promover a gestão financeira das participações da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;
- f)** propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;
- g)** coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual, com a participação de todas as Diretorias da Companhia;
- h)** determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- i)** coordenar a gestão de riscos financeiros da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;
- j)** acompanhar o desempenho da execução dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- k)** proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia;
- l)** conduzir as atividades relacionadas às operações financeiras no mercado de capitais;
- m)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- n)** consolidar o Planejamento Estratégico da Companhia com a participação das demais Diretorias.

III – Diretor de Gente e Gestão Empresarial:

- a)** prover pessoal adequado à Companhia;
- b)** definir a política de recursos humanos (inclusive benefícios) da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- c)** orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- d)** conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;
- e)** apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar o desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia e subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais;
- f)** propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;
- g)** gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia;
- h)** coordenar as políticas, processos e meios de segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;
- i)** propor políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- j)** coordenar os serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;
- k)** definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- l)** projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- m)** administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- n)** proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- o)** administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- p)** promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe;
- q)** coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;

- r) definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico e de normalização técnica;
- s) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- t) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- u) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia.

IV – Diretor de Energia:

- a) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;
- b) operar e manter os sistemas de geração e os sistemas de supervisão e telecontrole associados, bem como os sistemas de transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- c) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;
- d) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica–Abrage, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica–CCEE e a demais entidades representativas dos setores de geração e de transmissão de energia elétrica e de comercialização de energia;
- e) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;
- f) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e de transmissão;
- g) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e de transmissão;
- h) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração e cogeração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;
- i) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da transmissão, geração e cogeração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos;
- j) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;
- k) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;
- l) propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;
- m) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de transmissão, promovendo o

projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;

- n)** propor as políticas e diretrizes de meio ambiente;
 - o)** coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente;
 - p)** monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais;
 - q)** elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
 - r)** coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;
 - s)** coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
 - t)** coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;
 - u)** coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica e propor à Diretoria Executiva para aprovação;
 - v)** estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 230 kV;
 - w)** identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;
 - x)** negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;
 - y)** negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;
 - z)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- aa)** propor as políticas e diretrizes de alternativas energéticas.

V – Diretor de Engenharia:

- a)** operar o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- b)** buscar a melhoria contínua dos processos de operação, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;
- c)** buscar a melhoria contínua dos processos de manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;
- d)** manter o sistema elétrico de distribuição e sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- e)** zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;

- f) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;
- g) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;
- h) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- i) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- j) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica– Abradee e demais entidades do setor de distribuição.

VI – Diretor Comercial:

- a) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos com tensão até 138kV;
- b) desenvolver programas e ações junto aos consumidores até 138kV, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;
- c) estabelecer relações comerciais e mercadológicas e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores até 138kV;
- d) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à eficiência energética;
- e) propor e implementar a estratégia e as políticas de recuperação de energia e de combate às perdas comerciais, em conformidade com as metas estabelecidas;
- f) propor e implementar ações com a finalidade de promover a melhoria constante da adimplência por meio de ações estratégicas e operacionais eficientes;
- g) propor e implementar ações visando o incremento dos índices de satisfação dos clientes, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da percepção da imagem da empresa, em conformidade com as metas estabelecidas e as exigências dos órgãos reguladores;
- h) propor, implementar e coordenar as ações relacionadas a faturamento, leitura, entrega das faturas, arrecadação e cobrança de contas dos clientes da Companhia, com a finalidade de garantir a receita prevista, por meio de ações comerciais;
- i) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- j) planejar e implantar ações comerciais, coordenando os processos de atendimento aos clientes por meio de agências físicas, tele atendimento, agência virtual e redes sociais e definindo padrões de qualidade e de tratamento das reclamações.

VII – Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores:

- a) promover a prospecção, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como em outras atividades direta

ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

- b)** promover as análises prospectivas de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;
- c)** coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos, em conjunto com a Diretoria de Finanças;
- d)** coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;
- e)** prospectar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos do setor de energia elétrica;
- f)** coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica–Aneel;
- g)** promover a prospecção e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;
- h)** coordenar a gestão das participações societárias da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;
- i)** opinar sobre a celebração ou alteração de contratos ou ainda sobre os termos de quaisquer instrumentos, sempre que tais contratos ou instrumentos sejam relacionados a participações societárias;
- j)** coordenar os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, mediante aprovação do Conselho de Administração;
- k)** promover a política de governança corporativa;
- l)** responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários–CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;
- m)** representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais;
- n)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- o)** conduzir as atividades relacionadas à relações com investidores.

VIII – Diretor Jurídico:

- a)** coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;

- b)** apoiar as demais áreas da Companhia, incluindo, quando solicitado, subsidiárias integrais, coligadas e controladas, no que tange aos aspectos legais e jurídicos;
- c)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;
- d)** gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

IX – Diretor de Comunicação:

- a)** conduzir as atividades de comunicação empresarial (inclusive imprensa), sustentabilidade, relacionamento com comunidades e patrocínios incentivados de eventos e atividades culturais, recreativas e esportivas;
- b)** conduzir as atividades do Instituto Light;
- c)** coordenar o relacionamento com a imprensa;
- d)** coordenar a estratégia de atuação da Companhia e promover a melhoria das políticas em relação à eficiência energética; bem como à comunicação empresarial da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- e)** coordenar as ações para a manutenção e o fortalecimento da credibilidade da marca e a reputação das subsidiárias integrais da Companhia;
- f)** coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória das subsidiárias integrais da Companhia, zelando pelo acervo físico dessas Empresas.
- g)** coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;
- h)** coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;
- i)** coordenar o controle e divulgação de informações e os relacionamentos institucionais e corporativos;

- j)** coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes;
- k)** coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais
- l)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;
- m)** coordenar o desenvolvimento de ferramentas de contato/acesso aos clientes através da mídia eletrônica, tais como redes sociais.

Artigo 16 A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por iniciativa do Presidente ou a pedido de qualquer dos Diretores.

Parágrafo Primeiro – As decisões da Diretoria serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – Qualquer reunião ordinária da Diretoria poderá deixar de ser realizada na ausência de qualquer assunto a ser por ela decidido.

Parágrafo Terceiro – As decisões da Diretoria deverão estar contidas em atas das respectivas reuniões.

Artigo 17 A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas:

- a)** do Diretor Presidente e de 1 (um) Diretor ou de quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou
- b)** do Diretor Presidente ou de qualquer Diretor, em conjunto com um procurador, agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou
- c)** dois procuradores, agindo em conjunto e dentro dos limites estabelecidos nas respectivas procurações; ou
- d)** um procurador, quando se tratar de mandato *ad judicium* e *ad judicium et extra* para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos e agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração.

Parágrafo Único – A Companhia estará validamente obrigada pela assinatura isolada de qualquer membro da Diretoria, caso essa representação seja previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Artigo 18 Qualquer membro da Diretoria ou procurador, agindo isoladamente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração, terá poderes para executar os seguintes atos:

- a)** endosso de cheques, para depósito nas contas da Companhia;
- b)** emissão de duplicatas e endosso das mesmas para fins de cobrança;
- c)** assinatura de correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia;
- d)** recebimento de citações, intimações e notificações judiciais e administrativas, prestação de depoimento pessoal e representação na qualidade de preposto em audiências;
- e)** prática de atos administrativos em geral, perante órgãos públicos e entidades fiscais e/ou parafiscais nas áreas federal, estadual ou municipal, inclusive Receita Federal, INSS, Caixa Econômica Federal, Juntas Comerciais e cartórios, podendo assinar petições, requerimentos, impugnações, recursos, desistência de defesa em 1ª Instância de julgamento administrativo, desistência de recurso em 2ª Instância de julgamento administrativo, Câmara ou Plenário no âmbito estadual, municipal e federal, livros fiscais, livros contábeis, livros comerciais, autorização de impressão de documentos fiscais, demonstrativos e/ou informações mensais e anuais, petições para aproveitamento de crédito do ICMS, pedidos de ressarcimento e/ou compensação de tributos, pedidos de parcelamento de débitos, comunicações, pedidos de certidões negativas, guias de informações, declarações de informações, declarações de restituição ou compensação de impostos e regularizações fiscais; e
- f)** cumprimento e negociação de obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, desde que não importe em assunção de novas obrigações.

Parágrafo Único – A outorga de procurações pela Companhia, excetuadas aquelas destinadas à prática dos atos previstos no Artigo 11 acima, dependerá sempre da aprovação de 02 (dois) Diretores, e os respectivos instrumentos serão sempre assinados pelo Presidente e por um dos Diretores ou por dois Diretores, e estabelecerão expressamente os poderes dos procuradores, bem como terão prazo máximo de validade de 01 (um) ano, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, e aquelas que devem seguir exigências definidas por órgãos governamentais ou reguladores ou no âmbito de contratos de administração de garantias vinculadas aos contratos de financiamento com recursos de bancos/ agências/ fundos constitucionais de desenvolvimento/fomento, respeitados os prazos de garantia destes, que poderão ter prazo de validade determinado superior a 01 (um) ano.

CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL

Artigo 19 A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

CAPÍTULO V – ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 20 A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no prazo de 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Artigo 21 As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho, ou na ausência deste pelo Presidente da Companhia ou, em sua ausência, por qualquer dos Diretores. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelos acionistas.

Parágrafo Primeiro – O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito do comprovante expedido pela instituição depositária na sede da Companhia ou em instituição financeira designada no anúncio de convocação, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O edital de convocação também poderá condicionar a representação do acionista, por procurador, na Assembleia Geral, a que o depósito do respectivo instrumento de procuração seja efetuado na sede da Companhia ou em instituição financeira designada no anúncio de convocação, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

Artigo 22 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas, observado o Artigo 32, parágrafo único.

Artigo 23 Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- a) deliberar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”); e,

b) escolher, dentre aquelas indicadas, em lista tríplice, pelo Conselho de Administração, a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto neste Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 24 O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 25 Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, inclusive como antecipação, total ou parcial, do dividendo obrigatório do exercício em curso.

Parágrafo Primeiro – Após efetivadas as deduções previstas em lei, a Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A.

Parágrafo Terceiro – Poderá, ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação em vigor, em substituição total ou parcial dos dividendos, inclusive intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo “caput” deste artigo ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Quarto – Caberá ao Conselho de Administração, observada a legislação em vigor, fixar, a seu critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento vier a deliberar.

Parágrafo Quinto – A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio deliberado pela Companhia durante o exercício.

Parágrafo Sexto – Os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão pagos nas datas e locais indicados pelo Diretor de Relações com Investidores. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.

CAPÍTULO VII – ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE

Artigo 26 A Alienação direta ou indireta do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

CAPÍTULO VIII – OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL

Artigo 27 Qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos ou outra forma de organização) ou grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum (“Grupo de Pessoas”) que adquira ou se torne titular, em uma única operação ou por operações sucessivas, por meio de participação direta ou indireta, de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia (“Acionista Comprador” e “Participação Substancial”, respectivamente) deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, submeter à ANEEL pedido para realização de uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (“OPA 40%”), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo.

Parágrafo Primeiro – Caso o pedido seja aceito pela ANEEL, o Acionista Comprador deverá realizar a OPA 40% no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da aprovação, procedendo na forma indicada neste artigo. Caso o pedido seja negado, o Acionista Comprador deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comunicação da negação, alienar todas as ações que excedam o limite estabelecido no caput deste artigo.

Parágrafo Segundo – O Acionista Comprador deverá encaminhar (i) ao Diretor Presidente cópia de todos os documentos relacionados ao pedido para a realização da OPA 40% que tenham sido entregues à ANEEL ou por esta enviados; e (ii) caso o pedido seja aceito pela ANEEL, ao Diretor de Relações com Investidores cópia do pedido de autorização enviado à CVM na mesma data em que ocorrer o respectivo protocolo, cabendo ao aludido Diretor promover a divulgação imediata da existência de tal pedido ao mercado, na forma prevista na regulamentação da CVM aplicável.

Parágrafo Terceiro – Durante o período entre a solicitação de realização da OPA 40% e a resposta, positiva ou negativa, da ANEEL, o Acionista Comprador não poderá adquirir ou alienar quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Quarto – A OPA 40% deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública; (iv) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo quinto deste artigo; (v) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da regulamentação CVM aplicável; e (vi) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA 40%.

Parágrafo Quinto – O preço de aquisição na OPA 40% de cada ação de emissão da Companhia deve corresponder ao maior preço por ação pago pelo Acionista Comprador nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento do percentual referido no caput.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de o Acionista Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para solicitação de autorização à ANEEL para realização da OPA 40%; (ii) para a realização ou solicitação do registro da OPA 40%; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Comprador não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Comprador que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das S.A., sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Comprador por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo Sétimo – Qualquer Acionista Comprador que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia estará igualmente obrigado às disposições relativas à OPA 40%.

Parágrafo Oitavo – As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das S.A. e dos artigos 26, 28 e 29 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento, pelo Acionista Comprador, das obrigações constantes deste artigo.

Parágrafo Nono – O disposto neste artigo não se aplica à pessoa ou Grupo de Pessoas que, em 09 de novembro de 2018, for titular direta ou indiretamente, de Participação Substancial.

Parágrafo Décimo - O disposto neste artigo não se aplica, ainda, caso a titularidade das ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) seja atingida em razão de (i) fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, (ii) subscrição de ações no âmbito de ofertas públicas primárias aprovadas pela Companhia, ou, ainda, (iii) em razão de qualquer outra hipótese de sucessão legal.

Parágrafo Décimo Primeiro – Para fins do cálculo do percentual de 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de resgate de ações de emissão da Companhia ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Décimo Segundo – A Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar a dispensa de realização da OPA 40%, ficando impedidos de votar o acionista ou grupo de acionistas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, vinculados por acordo de acionistas ou não, que possam beneficiar-se de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo Décimo Terceiro – Não obstante todo o disposto neste artigo, nenhuma pessoa ou Grupo de Pessoas poderá tornar-se detentor de ações em quantidade igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia sem a prévia anuência da ANEEL.

CAPÍTULO IX– CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 28 O cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado, obrigatoriamente, o correspondente ao preço justo, determinado em laudo de avaliação elaborado conforme dispõe o artigo 29, respeitadas as normas legais e regulamentares.

Artigo 29 O laudo de avaliação a que se refere o artigo 28 deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como satisfazer os demais requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo ofertante.

Parágrafo Único – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do preço justo da Companhia, decorrente do laudo de avaliação, é de competência privativa da Assembleia Geral, conforme estabelecido no artigo 23, “b”, deste Estatuto Social, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas

representantes das ações em circulação presentes na Assembleia Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

CAPÍTULO X – JUÍZO ARBITRAL

Artigo 30 A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

Parágrafo Único – A posse dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à prévia assinatura de Termo de Posse que deve contemplar sua sujeição ao presente artigo, sem prejuízo do atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal – que funcionará durante todo o período de liquidação – fixando-lhes os respectivos honorários.

Artigo 32 Em virtude da admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a Companhia, bem como seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, as quais prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

ANEXO III

Candidatos indicados para o Conselho de Administração (informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Foram indicados pelos acionistas da Companhia os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração, para mandato unificado de 2 (dois) anos.

Abaixo segue a apresentação dos itens 12.5 A 12.10 do Formulário de Referência.

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor**
- j. se foi eleito pelo controlador ou não**
- k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**
- l. número de mandatos consecutivos**

Membros do Conselho de Administração:

a. nome	b. data de nascimento	c. profissão	d. CPF ou número do passaporte	e. cargo eletivo a ocupar	f. data da AGE de eleição	g. data da Posse	h. prazo do mandato	i. outros cargos exercidos na Cia.	j. indicado pelo controlador	k. Membro independente	l. Nº de Mandatos Consecutivos
Cledorvino Belini	03/05/1949	Administrador de Empresas	116.050.068-15	Conselheiro de Administração Efetivo	29/04/2019	29/04/2019	Até AGO 2021	Não tem	N.A.	Não	Primeiro mandato
Antonio Rodrigues dos Santos e Junqueira	26/07/1983	Administrador de Empresas	093.966.667-77	Conselheiro de Administração Efetivo	29/04/2019	29/04/2019	Até AGO 2021	Não tem	N.A.	Não	Primeiro Mandato
Enio Andrade Branco	09/06/1952	Bacharel em Direito	179.138.029-87	Conselheiro de Administração Efetivo	29/04/2019	29/04/2019	Até AGO 2021	Não tem	N.A.	Sim	Primeiro Mandato
David Zylbersztajn	09/12/1954	Engenheiro	465.531.597-34	Conselheiro de Administração Efetivo	29/04/2019	29/04/2019	Até AGO 2021	Não tem	N.A.	Sim	Primeiro Mandato
Maurício Fernandes Leonardo Junior	15/03/1966	Administrador	558.882599-34	Conselheiro de Administração Efetivo	29.04.2019	29.04.2019	Até AGO 2021	Não tem	N.A.	Não	Primeiro Mandato
Rodrigo de Mesquita Pereira	20/10/1964	Advogado	091.622.518-64	Conselheiro de Administração Efetivo	29/04/2019	29/04/2019	Até AGO 2021	Não tem	N.A.	Sim	Primeiro mandato
Ricardo Reisen de Pinho	03/01/1961	Engenheiro Mecânico	855.027.907-20	Conselheiro de Administração Efetivo	29/04/2019	29/04/2019	Até AGO 2021	Não tem	N.A.	Sim	Terceiro Mandato
Raphael Manhães Martins	08/02/1983	Advogado	096.952.607-56	Conselheiro de Administração Efetivo	29/04/2019	29/04/2019	Até AGO 2021	Não tem	N.A.	Sim	Segundo Mandato

m. informações sobre:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor da atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor **Membros Efetivos**

Membros Efetivos

Cledorvino Belini

Administrador de Empresas, mestre em finanças e contabilidade pela Universidade de São Paulo. Atualmente ocupa os cargo de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Jurídico e Diretor de Gestão de Pessoas da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) desde fevereiro/2019; Foi, anteriormente, Presidente de Desenvolvimento da FCA - Fiat Chrysler Automobiles para a América Latina, de novembro/2015 a junho/2017; É Conselheiro de Administração independente na JBS pelo G15 desde outubro/2017, Conselheiro de Administração independente da Odebrecht Holding, desde agosto/2018; É Vice-Presidente do Instituto Minas Pela Paz - IMPP, desde 2007, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, criada a partir da iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Foi Conselheiro do Conselho Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e do International Advisory Board da Fundação Don Cabral e no Mobilização Empresarial pela Inovação – MEI. É conselheiro de administração certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Antonio Rodrigues dos Santos e Junqueira

Administrador de Empresas, é Sócio Fundador da Vinland Capital, desde maio/2018; Atualmente é conselheiro de administração da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Foi Diretor-Executivo do Banco BTG Pactual, de janeiro/2007 a abril/2018 e Analista de Empresas da UBS Investment Bank de janeiro/2005 a dezembro de 2006.

Enio Andrade Branco

Advogado, graduado em Direito pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Foi Membro Titular do Conselho Fiscal do Operador Nacional do Sistema (ONS) (de 2002 a 2005). Foi Membro do Colegiado de Presidentes das Empresas que compõem a ABRADE (Associação de Distribuidores de Energia Elétrica) (de 2007 e 2008). Foi Conselheiro de Administração da CEB (Companhia Energética de Brasília) (de 2009 e 2010). Foi Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) (de 2013 a Julho de 2018) e foi Diretor na empresa EDP Consórcio Aliança S/A - JUL/2018 até o momento.

David Zylbersztajn

Engenheiro, Doutor em Economia da Energia pela Universidade de Grenoble (França), 1987, MsC e BSc em Engenharia Mecânica da PUC-Rio. Parceiro sênior da DZ Negócios com Energia, uma empresa de consultoria em investimentos e desenvolvimento de negócios focada no setor de energia brasileira, desde fevereiro de 2002. Primeiro Diretor Geral da ANP - Agência Nacional de Regulação de Petróleo e Gás - desde a sua criação em janeiro de 1998 até outubro de 2001. Promoveu as primeiras rodadas de ofertas para exploração de petróleo no Brasil. Secretário de Energia do Estado de São Paulo entre janeiro de 1995 e janeiro de 1998, liderando o processo de reforma e privatização das empresas de eletricidade e gás no Estado e a criação da Comissão de Serviços Públicos. Membro do Conselho Estadual de Política Energética do Estado de São Paulo (Conselho de Energia do Estado de São Paulo) Ex-presidente do Conselho de Administração da Eletropaulo, CPFL, CESP, COMGAS e Varig. Ex-membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil, Petroreconcavo, Light, Parnaíba Gás Natural, ENEVA, Conselho Consultivo da União Européia, Programa de Cooperação ALURE e Conselho Consultivo da Philips do Brasil. Professor da Universidade de Campinas, no Departamento de Energia, de julho de 1986 a agosto de 1988. Professor e Diretor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Energético da Universidade de São Paulo (USP), de agosto de 1988 a janeiro de 1995. Professor da Universidade Católica no Rio de Janeiro (PUC-Rio) no Instituto de Energia. David publicou amplamente em livros, revistas científicas, seminários e jornais no Brasil e internacionalmente. Atividades Pro-bono: Membro, Conselho de Curadores, Hospital Albert Einstein, São Paulo, Brasil Membro, Comitê Executivo, Orquestra Sinfônica Nacional (OSB), Rio de Janeiro, Brasil Presidente do Conselho de "Rio Como Vamos", uma ONG local Membro do Conselho da Cidade, por convite do prefeito Eduardo Paes Membro do Conselho de Sustentabilidade do Jardim Botânico do Rio de Janeiro Membro, Conselho Empresarial, Antigos Alunos da PUC-Rio

Mauricio Fernandes Leonardo Junior

Administrador, Bacharel em Letras pela UNOESTE, Pós-Graduado em Contabilidade e Finanças pela UFPR, Pós-Graduado em Marketing pela PUCRIO, MBA em Administração de Negócios pela UFMT e Mestre em Engenharia da Produção pela UFSC. Ocupa o cargo de Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) desde março de 2019. Foi Diretor Superintendente na Economus Instituto de Seguridade Social desde 10/2017, foi Chief Operations Officer do Bando do Brasil em Viena entre 03/2015 e 09/2017, atuou como Conselheiro Fiscal da CASSI em 06/2014 à 01/2015, Gerente Executivo na Diretoria de Pessoas no Banco do Brasil em Brasília entre 01/2014 a 02/2015.

Rodrigo de Mesquita Pereira

Graduado em Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, pós-graduado "Latu Sensu", MBA em Gestão Empresarial pela EBAPE da Fundação Getúlio Vargas. Cursos de Especialização em "contratos de Consumo e Atividade Econômica", pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no período de 2009. Curso de Especialização em "Mercados de Capitais – Aspectos Jurídicos" pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no período de 2013. Pós-Graduação "Latu Sensu" em "direitos Difusos e Coletivos" pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no período de 2016. Foi advogado no

período de 1988 a 1991, Promotor de Justiça junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo no período de 1991 a 2001, advogado e sócio do escritório Mesquita Pereira, Almeida e Esteves Advogados – agosto/2001 em diante. Ocupou o cargo de Suplente de Conselheiro Fiscal – CEMIG, CEMIG Distribuidora e CEMIG Geração e Transmissão – Exercícios 2016 e 2017. Ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal Titular de CEMIG, CEMIG Distribuidora e CEMIG Geração e Transmissão – Exercício 2018. Ocupou o cargo de Suplente de Conselheiro Fiscal da empresa Petrobrás no exercício de 2017.

Ricardo Reisen de Pinho

É membro independente dos Conselheiros de Administração, com mandato até abril de 2018, das empresas Oi S.A., Light S.A., BR Insurance Corretora de Seguros S.A., Brado Logística S.A., do Conselho Consultivo de Editora di Brasil e do Conselho Fiscal da Bradespar S.A. Foi membro independente do Conselho de Administração da Tupy e da Itacaré Capital Investments Ltd. Entre 2009 e 2015, da Saraiva S.A. Livreiros Editores entre 2013 e 2015 e 2009 e 2012, da Metalfrio Solutions S.A. entre 2007 e 2011, e do Banco Nossa Caixa S.A. entre 2008 e 2009. Foi Conselheiro Fiscal da Embratel participações S.A. entre 2009 e 2010 e chairman do Conselho Consultivo da LABSSJ. Como Conselheiro, participa ou participou de comitês de assessoramento nas áreas de finanças, riscos e compliance, RH e estratégia em algumas companhias citadas. Atuou como executivo nas áreas de corporate e investment banking e planejamento estratégico nos bancos ABNAMro Bank Brasil, Banco Garantia e Banco Itaú entre 1989 e 2001. Atuou também como pesquisador sênior da Harvard Business School entre 2002 e 2014. É formado em engenharia mecânica, 1983, com mestrado em finanças, 1989, ambas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e doutorado em Administração/ Estratégia, 2008, pela Fundação Getúlio Vargas – EAESP. Possui especialização em administração pelo Advanced Management Program da Wharton School of the University of Pennsylvania, 2001, e pelo Program for Management Development da Harvard Business School, 1999. É conselheiro certificado pelo IBGC desde 2010, com especialização em Corporate Governance pela Harvard Business School, 2016.

Raphael Manhães Martins

Advogado, sócio do escritório Faoro Advogados (desde 2010). Conselheiro de Administração da Eternit S.A. (desde 2015). Conselheiro Fiscal da Vale S.A. (desde 2015) e da Light S.A. (desde 2014). Foi Conselheiro Fiscal (titular) da Fibria Celulose S.A. (2016/2017) e da Embratel Participações S.A. (2014). Foi professor da UFRJ (2010) e da UERJ (2007/2009). Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial

Os senhores indicados para membros do Conselho de Administração, mencionados no item 12.5 acima, declararam para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, mesmo que não transitada em julgado,

ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

<i>Conselho de Administração</i>	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Ricardo Reisen de Pinho	85%
Raphael Manhães Martins	97%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Nome do (s) Comitê (s) em que participa:	a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF	e. Cargo eletivo a ocupar	f. Data de eleição	g. Data da Posse	h. Prazo do mandato	i. Outros cargos exercidos na Cia.	k. Membro independente	l. Número de mandatos executivos
Comitê de Finanças	Ricardo Reisen de Pinho	03/01/1961	Engenheiro Mecânico	855.027.907-20	Conselheiro de Administração Titular	27.04.2018	27.04.2018	AGO 2020	Membro do Conselho Administração	Sim	Terceiro mandato
Comitê de Auditoria	Raphael Manhães Martins	08/02/1983	Advogado	096.952.607-56	Conselheiro de Administração Titular	27.04.2018	27.04.2018	AGO 2020	Membro do Conselho Administração	Sim	Segundo Mandato

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários¹, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

<i>Comitê de Auditoria</i>	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Raphael Manhães Martins	100%

<i>Comitê de Finanças</i>	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Ricardo Reisen de Pinho	50%

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor**
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há.

¹ As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

O Sr. Cledorvino Belini ocupa os cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Jurídico e Diretor de Gestão de Pessoas da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) desde fevereiro/2019.

O Sr. Maurício Fernandes Leonardo Júnior ocupa o cargo de Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) desde março de 2019 e foi *Chief Operations Officer* do Bando do Brasil em Viena entre 03/2015 e 09/2017, banco credor do emissor.

O Sr. Antonio Rodrigues dos Santos e Junqueira é conselheiro de administração da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).